

# Congresso quer mais poderes

JORNAL DE BRASÍLIA

97-07-1991

José Luiz Alves

Ainda não se sabe se o novo Congresso, vai mudar o País para melhor ou pior. O que existe de concreto é que há, entre os novos congressistas, uma visível determinação de estar presente aos grandes debates e o desejo claro de participação não só nos problemas e trabalhos do Parlamento, mas também em todas as decisões a nível de governo.

Isso, ao que parece, acabará produzindo, muito em breve, um confronto com o Poder Executivo, porque o governo do presidente Fernando Collor, na verdade, tem sido o menos político e o mais fechado de todos os governos dos últimos 50 anos, incluindo a ditadura militar. Esta opinião é do líder do PTB, deputado Gastone Righi (SP).

Contudo, o espírito voluntário-  
so dos novos parlamentares vai es-  
barrar nos trâmites burocráticos e  
regulamentos internos da Casa,  
barreiras, às vezes, quase intrans-  
poníveis ao bom exercício e movi-  
mentos rápidos e eficientes do  
Parlamento.

## Esvaziamento

Se, na votação do pacote econô-  
mico, os novos parlamentares, so-  
mados aos reeleitos, conseguirem  
impôr ao Executivo uma derrota, o  
que, no entender de alguns, é pou-  
co provável, uma vez que o bloco  
de apoio ao governo hoje é composto  
de maioria nas duas Casas, ha-  
verá um conflito acentuado entre  
os dois poderes. Todavia, se isso  
não ocorrer o Parlamento corre o

sério risco de cair no mesmo pro-  
cesso de exaustão e esvaziamento  
das legislaturas passadas.

A preocupação visível dos no-  
vos congressistas é no sentido de que  
o Legislativo não volte a repe-  
rir falhas do passado, como, por  
exemplo, a desgastante discussão  
em torno de quatro ou cinco anos  
de mandato para o presidente José  
Sarney, adiando temas importan-  
tes para a vida da Nação, como a  
decisão sobre a implantação do re-  
gime parlamentarista ou a perma-  
nência do presidencialismo.

O porta-voz econômico do PDT  
na Câmara, deputado Carrion Júnior  
(RS), cumprindo seu primeiro  
mandato, assegura que os intere-  
ses do governo colidem frontalmen-  
te com o Congresso, e que isso ficou  
claro na condução pelos líderes dos  
partidos que apoiam o Executivo  
no encaminhamento das votações  
das últimas medidas provisórias.  
Carrion Júnior lembra que o go-  
verno tem mostrado desprezo com  
a oposição e diz: "Está mais fácil  
derrubar as medidas provisórias  
no plenário do que alterar seu tex-  
to, melhorando sua execução, prin-  
cipalmente quando se trata de pro-  
posta da oposição".

## Primeiro choque

Num ponto, tanto a oposição co-  
mo os líderes do governo no Con-  
gresso concordam. Se os oposicio-  
nistas vão trabalhar na busca de  
novos espaços e diminuir o poder  
do Executivo nas decisões políticas  
e administrativas, as lideranças  
governistas lutarão com unhas e

dentes no sentido de preservar in-  
tactos todos os poderes na mão do  
Presidente da República e sua  
equipe. A prova disso é que, até  
agora, se um projeto é aprovado no  
Congresso encontra sérias dificul-  
dades com o voto presidencial, que  
cria obstáculos quase intransponí-  
veis para os parlamentares.

Na realidade, o que existe é  
uma vontade unânime de aumen-  
tar a transparência do Congresso e  
sua administração, reforçada na  
autonomia e nas votações, princi-  
palmente da regulamentação das  
medidas provisórias, somando-se a  
isso o pensamento progressista dos  
que foram reeleitos.

## Coligações

Numa análise mais profunda  
do perfil dos partidos que formam  
as alianças potenciais que apoiam  
as decisões do presidente Fernando  
Collor (PFL, PRN, PTB, PDS,  
PDC, PSC, PL, PRS, PST, PTR e  
PDS) chega-se ao somatório de 255  
parlamentares que estarão sempre  
dispostos a votar com o governo.  
De outro lado, a aliança dos pro-  
gressistas, somados os deputados  
do PDT, PT, PSB, PCB e PC do B,  
conta com exatos 100 votos.  
Admitindo-se que o PSDB integre  
este bloco, chegaria a 138 votos.  
Para um equilíbrio quase perfeito,  
os 108 votos do PMDB são funda-  
mentais para definir as votações  
na Câmara, o que permitiria alcan-  
çar 246 votos.

No Senado, o quadro é o mes-  
mo. Os possíveis aliados do presi-  
dente Fernando Collor alcançam a  
maioria de 34 votos. A força dos

progressistas, inclusive todo o  
PSDB, chega a 17. Portanto, mais  
uma vez o PMDB será o fiel da ba-  
lança. Pelo que se viu na Consti-  
tuinte, a estimativa é de que haverá  
entre 17 e 27 votos no Senado.

## Reforma agrária

O pessoal da chamada bancada  
ruralista, que tem como líder o  
goiano Ronaldo Caiado e formada  
por parlamentares tipicamente  
aliados à União Democrática Rura-  
lista, a UDR, estará sempre contra  
os apelos dos progressistas, que lu-  
tam pela reforma agrária, princi-  
palmente os do PT, que brigam pe-  
la melhoria de renda dos assalaria-  
dos do campo.

Ao lado de Caiado, estará um  
outro parlamentar, representante  
da não menos poderosa Federação  
da Agricultura do Estado de São  
Paulo (FESP), o deputado Fábio  
Meirelles, do PDS, que tem apoio  
de federações e entidades fortes de  
outros estados.

Os pequenos produtores rurais  
e os sem-terras, que lutam pela re-  
forma agrária, terão o apoio do PT,  
e de uns poucos parlamentares do  
PCB, do PDT e do PMDB, mas in-  
discutivelmente esse grupo não terá  
forças suficientes para se opor,  
durante os debates, às questões  
fundiarias com os representantes  
dos grandes produtores, que, se-  
gundo um levantamento do DIAP,  
ao lado de Ronaldo Caiado e Fábio  
Meirelles, somam 105 parlamenta-  
res, fora outros que na hora da vo-  
tação somam a favor dos grandes  
produtores.